

**“FAMÍLIAS” INDÍGENAS NA FREGUESIA DA GLORIOSA  
SENHORA SANTA ANA DO SERIDÓ (SÉCULOS XVIII-XIX):  
UMA ABORDAGEM MICROHISTÓRICA**

Helder Alexandre Medeiros de Macedo<sup>1</sup>

**Resumo**

Na primeira metade do séc. XVIII foi ereta, no sertão do Rio Grande, a Freguesia do Seridó, instância religiosa e elemento de governabilidade do Império Português. No seu vasto território a ocidentalização possibilitou a constituição de uma sociedade mestiça composta de elementos luso-afro-brasílicos e índios. Neste trabalho, refletimos sobre as possibilidades de existência de “famílias” entre os índios que habitaram essa freguesia, a partir do estabelecimento de um recorte microhistórico: o índio Tomé Gonçalves da Silva, natural de Mecejana, Ceará Grande, que viveu na freguesia entre o fim do séc. XVIII e início do seguinte, onde teve seis filhos e exerceu cargo público no Senado da Câmara da Vila do Príncipe. O exame de registros paroquiais e de inventários *post-mortem* da Comarca de Caicó referentes ao período em que o índio Tomé Gonçalves e sua família viveu nos permite traçar um perfil, ainda que fragmentário, das estratégias de sobrevivência de parte da população indígena no Sertão do Seridó em meio à sociedade colonial.

**Palavras-chave**

Seridó – História Indígena – Tomé Gonçalves da Silva

Desaparecimento. Essa palavra resume a sensação que nos fica quando adentramos pela história do Seridó norte-rio-grandense gravada nas páginas da historiografia regional, sobretudo nos trechos em que remete aos índios (DANTAS, 1941; AUGUSTO, 1954; 1961; 2002; MONTEIRO, 1945; DANTAS, 1962; LAMARTINE, 1965; SANTA ROSA, 1974; LAMARTINE, 1980). De maneira geral os nativos são alvo da atenção desses historiadores durante o período imediatamente anterior à chegada dos conquistadores luso-brasílicos e, com ênfase maior, durante as guerras de conquista destes últimos com vistas à ocupação do território por intermédio da pecuária. Efetivado o empreendimento da conquista após as guerras e levantadas fazendas com seus currais nas ribeiras – que seriam germes de povoações, freguesias e vilas denominadoras do espaço com o decurso do tempo –, parece que as populações indígenas não mais se faziam presentes: teriam sido exterminadas completamente durante as guerras, fugido para outras capitânias, retornado à vida errante ou mesmo se integrado à sociedade colonial. Em sendo verdadeira esta última alternativa, a

---

<sup>1</sup> Pesquisador da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Norte (FAPERN). Historiador, Especialista em Patrimônio Histórico-Cultural e Turismo e Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: [heldermacedox@hotmail.com](mailto:heldermacedox@hotmail.com).

historiografia regional acima mencionada não parece ter tido interesse em relatar o quanto os índios participaram do cotidiano dos moradores da Ribeira do Seridó. É possível pensar, desse modo, numa marginalização historiográfica<sup>2</sup> dos índios nas obras que descreveram a cultura, a história e o cotidiano do Seridó nos séculos XVIII e XIX<sup>3</sup>.

Não sejamos, contudo, tão unilaterais com esses historiadores que nos precederam, afinal de contas as suas obras são, antes de mais nada, fruto do seu tempo e das condições – sociais, afetivas, político-institucionais e culturais – em que viveram. Devemos nos perguntar, por exemplo, quais as fontes que tiveram acesso quando compuseram as suas *versões* da história da região, que são, em grande parcela, resultantes do tipo de documentação utilizada pelo historiador, mas, também, da forma de abordagem.

Tomemos o exemplo de José Adelino Dantas (1910-1983), que tinha formação em Filosofia e Teologia e exerceu o sacerdócio, chegando a ser bispo da Diocese de Caicó. Dada sua formação e a instituição a que estava ligado, seus escritos sobre o Seridó demonstram um certo tom de conservadorismo, afeição às raízes e valorização do patriarcalismo e das tradições, especialmente as ligadas aos conquistadores brancos. Valendo-se da sua posição dentro da estrutura hierárquica da Igreja, visitou os arquivos das paróquias de Caicó, Acari, Jardim do Seridó, Currais Novos (no Rio Grande do Norte), Pombal, Cuité (Paraíba), Goiana e Igarapu (Pernambuco), além do Seminário de Olinda e dos acervos dos cartórios de Caicó, Acari e Pombal, mais o do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Cartas, tradição oral (sem mencionar os nomes dos narradores) e um tijolo (a partir do qual levantou evidências da construção do templo de Nossa Senhora dos Aflitos, já em 1710) também foram utilizados como fontes na reconstrução dos “homens e fatos do Seridó antigo” – título de sua obra (1962), que reúne crônicas publicadas entre 1952 e 1958 no periódico “A Folha”, de Caicó. Por mais que essas crônicas ressaltem a soberania do homem “branco” e católico na região do Seridó, em dados momentos o autor não deixou de referir-se aos índios que, nas fontes consultadas, apareciam ao lado dos demais fregueses de Santa Ana.

Tratando dos livros de assento de enterro mais antigos da Freguesia de Santa Ana, afirmou que:

Nêsses três livros de óbitos da paróquia de Caicó, que resistem ainda ao tempo, estão lançados mais de dois mil têrmos. São duas mil e muitas

---

<sup>2</sup> Essa marginalização dos índios na historiografia norte-rio-grandense já havia sido notada por Fátima Martins Lopes, em seu estudo sobre a instalação das vilas do Diretório Pombalino no âmbito da Capitania do Rio Grande (LOPES, 2005: 22-7).

<sup>3</sup> Esse raciocínio está baseado na discussão efetuada por MOREIRA, 2001: 87-113.

criaturas, moços e velhos; sacerdotes, comandantes superiores, capitães-móres, patriarcas e matriárkas; brancos, pretos e **índios**; plantadores de currais, de fazendas, de matrizes, de capelas, de cidades, de vilas e de povoações, escravos e senhores, todo um cortêjo imobilizado pela morte, mas que a mão do padre escriba arrancou do esquecimento e fixou para perpetuidade (grifo nosso) (DANTAS, 1962: 10).

Em outro trecho do livro, José Adelino Dantas transcreve o assento do enterro do índio Antonio Carlos, da forma seguinte:

— Aos vinte e hum de Novembro de mil oito centos falleceo de vida prezente Antonio Carlos cazado que foi com Roza Maria, esta criôla e aquelle **índio** com a idade de cincoenta annos pouco mais ou menos, foi unicamente confeçado por morrer quasi de repente está sepultado no sitio determinado para a capella da Senhora do Rozario, encomendado por mim, de que para constar fis este assento em que me assigno. O Cura José Gonçalves de Medeiros (grifo nosso) (DANTAS, 1962: 22-3).

Em ambas as passagens, todavia, a intenção do historiador não era a de estudar a presença indígena. No primeiro caso, estava discutindo um possível “fundador” para Caicó, quando se utilizou do livro de óbitos aludido como fonte. No segundo, discorrendo sobre o lugar de ereção da Matriz de Santa Ana, empregou o assento de morte do índio Antonio Carlos para justificar a não existência, até o ano de 1800, da atual Igreja de Nossa Senhora do Rosário, de Caicó (naquele momento, o índio foi sepultado “no sitio determinado para a capella da Senhora do Rozario). Mesmo assim, não podemos tirar-lhe o mérito, já que não deixou de remeter à presença de índios no território da Freguesia de Santa Ana, mesmo quando isso lhe parecia necessário para justificar outros assuntos<sup>4</sup>.

Posteriormente José Adelino Dantas voltou aos mesmos livros de assento de enterro, com o intuito de descortinar o que os registros apontavam como causas das mortes dos fregueses de Santa Ana. Nesse estudo sobre a mortalidade no Seridó, o autor encontrou anotadas as mortes de 18 índios, para o período que cobre os três primeiros códices de assentos de enterros (1788-1838) (DANTAS, 1979: 129-36). Vê-se, pelo exposto, que mais uma vez a questão indígena não era o interesse do historiador – e sim a mortalidade entre os fregueses de Santa Ana –, porém, isso não o impediu de mencionar o índice acima. Reiteramos, desse modo, a afirmação feita anteriormente de que a tipologia documental utilizada pelo pesquisador influi decisivamente na maior ou menor remissão aos índios

---

<sup>4</sup> Na mesma obra, ao comentar o assassinato de Ana Catarina da Anunciação (1843), na então Vila do Príncipe, o autor referiu-se a “José Francisco, acaboclado”, tido como um dos acusados em perpetrar, junto com o marido da citada Ana, o crime (DANTAS, 1962: 128).

durante os tempos coloniais, mas, também, a forma de abordar o processo histórico e os sujeitos que dele participam.

Não fosse isso, as obras de José Augusto Bezerra de Medeiros (AUGUSTO, 1954; 1961; 2002) e de Olavo de Medeiros Filho (MEDEIROS FILHO, 1981; 1983) também trariam, pelo menos, a indicação de que, dentre os fregueses de Santa Ana, havia índios. E não o fizeram, embora tenham utilizado dos mesmos documentos paroquiais que José Adelino Dantas referentes ao século XVIII e XIX. O caso de Olavo de Medeiros Filho deve ser visto com ressalvas, já que, além de um livro tratando do passado indígena do sertão da Capitania do Rio Grande publicado em 1984<sup>5</sup>, sua derradeira obra versando sobre a região do Seridó (2002) fez alusão a mapas populacionais produzidos pelo Padre Francisco de Brito Guerra que apresentavam dados relativos a nascimentos, casamentos e mortes dos “índios domesticos da Paroquia da Villa do Principe” nos anos de 1809 e 1811 (MEDEIROS FILHO, 2002: 161-2; 181-2). Com isso não estamos questionando a importância da monumental obra de Olavo de Medeiros Filho, mas, apenas deixando claro que, mesmo conhecendo profundamente o acervo da Freguesia de Santa Ana e seus assentos de índios – como mesmo nos relatou em vida<sup>6</sup> – não utilizou tais informações quando estruturou *Velhas famílias do Seridó* (1981) e *Velhos inventários do Seridó* (1983), livros que trataram das famílias e da vida cotidiana dos habitantes da Freguesia de Santa Ana.

Situação como a relatada acima não aconteceu em outra publicação de caráter genealógico. Trata-se do livro *Os Álvares do Seridó e suas ramificações* (1999), de autoria do historiador Sinval Costa. Este, empreendendo pesquisa de campo nos principais acervos judiciais, eclesiásticos e civis da região do Seridó, compôs uma obra onde emergem as origens mestiças dos seus habitantes. O autor não pensou duas vezes ao incluir histórias de índios, de caboclos e de negros nas suas referências aos titulares dos Alves (corruptela do termo “Álvares”), família que foi seu objeto de estudo. Além disso, num anexo do livro incluiu lista de alguns assentamentos de casamentos envolvendo índios, negros e pardos ocorridos no Seridó antigo (COSTA, 1999). Na sua obra podemos perceber, com clareza, a valorização dos diversos grupos sociais como formadores das parentelas que conviveram no território da Freguesia de Santa Ana.

As pesquisas acima comentadas, desse modo, nos influenciaram plenamente no sentido de desencavar as histórias vividas pelos índios que subsistiram das guerras de

---

<sup>5</sup> MEDEIROS FILHO, 1984, cujos assuntos estão situados, cronologicamente, entre a primeira metade do século XVII e pouco tempo depois do fim oficial das Guerras dos Bárbaros no Rio Grande.

<sup>6</sup> MEDEIROS FILHO, Olavo de. Carta endereçada a Helder Macedo. Natal, 26 jan. 1995. Manuscrita.

conquista, as quais mancharam os tabuleiros e serras das ribeiras do sertão da Capitania do Rio Grande com o sangue de seus ancestrais. Levaram-nos a questionar um pretense *desaparecimento* prorrompido por alguns dos homens que dedicaram o seu tempo a escrever a história e que, em seus textos, salientaram a extrema superioridade da cultura ocidental. Conduziram nossas vistas aos mesmos livros que já haviam sido examinados por José Adelino Dantas, Olavo de Medeiros Filho e Sinval Costa: amarelecidos pelo tempo, carcomidos pelas traças e repletos de escritas que às vezes mais parecem garatujas e arabescos, difíceis até mesmo de serem decifradas. Esses livros nos conduziram às histórias de vida das populações indígenas que habitaram na Freguesia do Seridó nos tempos coloniais (MACEDO, 2004: 189-219).

A inspeção a que procedemos nos assentos da Freguesia de Santa Ana, com a finalidade de perceber como os índios presentes nesse território comportavam-se, nos ritos cristãos, na qualidade de fregueses, nos proporcionou apenas um lado da história. Mesmo comentando alguns dos casos que encontramos dentro das séries populacionais formadas a partir dos livros de assento – para que não caíssemos, apenas, na armadilha do quantitativo –, os resultados apresentados têm caráter genérico. Isto porque são os números, nesse caso, que nos permitem inferir determinados perfis dos fregueses de Santa Ana e, dentre eles, da população indígena que habitava no seu território. Sentimo-nos atraídos, porém, a conhecer mais do que apenas o que os algarismos nos mostram, mesmo quando olhamos para as pessoas por trás deles. Momento em que nos interrogamos acerca do que mudou na vida das populações autóctones que sofreram os impactos do fenômeno da ocidentalização e viveram, no pós-Guerras dos Bárbaros, nas ribeiras do Seridó e afluentes, imersas no mundo colonial que gradativamente ia se construindo a partir do século XVIII.

Para responder a essas afirmações, é necessário que seja reduzida a escala de observação nesse amplo território que é o sertão da Capitania do Rio Grande, centrando as nossas atenções na estratégia que a administração eclesiástica utilizou para gerenciar as áreas que iriam ser evangelizadas: a criação das freguesias. Os contornos da Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó ainda sobejam nosso propósito nesse instante, até mesmo porque a produção do seu território já foi objeto de discussão no terceiro capítulo deste trabalho. Razão pela qual decidimos por um afunilamento maior em função da disponibilidade documental. Para buscar respostas à nossa indagação, escolhemos, como fio condutor, a história de vida de Tomé Gonçalves da Silva, na tentativa de enxergar a possibilidade de

existência de “famílias” entre os índios que viveram no território abençoado por Santa Ana após a institucionalização do Cristianismo.

Deixamos de observar, assim, as estruturas territoriais da Freguesia de Santa Ana e os perfis populacionais dos seus habitantes, partindo para esquadrihar as tramas e tensões das vidas de seus fregueses índios. O procedimento que estamos usando ampara-se na *micro-história*, tendência historiográfica que se baseia na redução da escala de observação, na análise microscópica e na prospecção e estudo intensivo das fontes sobre o objeto em questão<sup>7</sup>. Não tem a tentativa, contudo, de isolar os casos dos índios citados acima ou de tomá-los como típicos da Freguesia de Santa Ana. Em outras palavras, interessa-nos observar o *exemplo* e não o *exemplar*<sup>8</sup>, além de relacionar o individual com o coletivo e perceber as transformações em macro-escala. Isto porque concordamos com a perspectiva de que a pesquisa em escala microscópica envolve a necessidade de questionamentos sobre questões de ordem macroestrutural, senão “seria apenas uma coleção empírico-positivista (ingênuo) de fatos, os quais o historiador não teria condições de aprofundar e nem qualificar” (DIEHL, 1998: 171). Infiltrando-se pelas entrelinhas de inventários *post-mortem*, justificações de dívida, autos de contas, assentos paroquiais e testamentos, observemos com minúcia as trajetórias de Anastácio, Domingas, Mateus, Tomé e Policarpo, iniciando com o casal de *tapuias*.

Encontramos Tomé Gonçalves a primeira vez no ano de 2001, quando fazíamos a organização de parte dos documentos avulsos do 1º Cartório Judiciário da Comarca de Caicó<sup>9</sup>. Dentro de um códice reunindo folhas esparsas de inventários, acessamos o conteúdo de um auto de arrematação de duas escravas (a “mulatinha” Ana e a “cabrinha” Tereza) feito na Vila Nova do Príncipe em 1812. Nesse auto, figurou como porteiro do auditório a pessoa de Tomé

---

<sup>7</sup> LEVI, 1992: 136; DIEHL, 1998:162-5, aponta a micro-história como sendo a vertente da história social mais desenvolvida, não chegando a superar ou a ser um novo paradigma historiográfico, concentrando como características frequentes o apego à narrativa e a tendência ao empirismo. Exemplar da prática da micro-história é o clássico **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**, de Carlo Ginzburg, que, a partir de um processo inquisitorial (cruzado com fontes de diversas naturezas), reconstitui a vida e as idéias de Menocchio, moleiro que viveu no norte da Itália no final do século XVI e que foi queimado na fogueira acusado de heresia. Conferir, ainda, VAINFAS, 2002.

<sup>8</sup> A fonte de inspiração metodológica desse procedimento é tomada de FARIA, 1998, onde a autora utiliza-se da prática da micro-história na análise de histórias individuais de diversos grupos sociais e de sua mobilidade espacial e cultural nos Campos dos Goitacases no Período Colonial.

<sup>9</sup> Trata-se de documentos do Fundo da Comarca de Caicó, disponibilizado pela Justiça Pública para custódia pelo LABORDOC. Especificamente, do subfundo do 1º Cartório Judiciário e série temática dos “Diversos”. Os códices encontrados dentro das caixas reúnem documentos soltos que foram costurados em volumes por antigos escrivãos do cartório. No ano de 2001, sob a orientação do Prof. Muirakytan Macêdo, organizávamos um pequeno repertório dos documentos do século XVIII e XIX presentes dentro desses códices.

Gonçalves da Silva, que assinou com uma cruz por não saber ler e nem escrever<sup>10</sup>. Posteriormente fizemos a leitura de um pregão de bens executado pelas ruas públicas da mesma Vila do Príncipe no mesmo ano, tendo como encarregado, também, o dito Tomé Gonçalves<sup>11</sup>. Até então, desconhecíamos o fato desse porteiro ser índio e talvez nunca soubéssemos, não fosse nosso contato com os assentos da Freguesia de Santa Ana. Esses, fornecidos pelos curas, foram os documentos onde a origem de Tomé Gonçalves veio à tona: era índio e natural da Vila de Mecejana, na Capitania do Ceará.

Diferentemente dos demais índios que encontramos nos livros da Freguesia de Santa Ana, para quem não conseguimos encontrar mais que dois descendentes por casal, no caso de Tomé Gonçalves encontramos seis filhos do seu casamento com Maria Egipcíaca da Silva – que, em alguns dos assentos, aparece como Maria Ciriaca da Silva. Pouco sabemos a respeito dela, a não ser que era natural da Freguesia de Santa Ana e que, ainda no final do século XVIII, compareceu à Matriz do Seridó para dar sepultura aos seus párvulos José, em 1789 (tinha, então, pouco mais de um ano)<sup>12</sup> e Teresa, em 1792<sup>13</sup>. Outro filho, Manuel Pereira Raimundo, contraiu casamento em 1806 com Simplicia Maria, também natural do Seridó e filha de Joaquim José de Santa Ana e de Vicência Pereira<sup>14</sup>, no mesmo ano em que Tomé Gonçalves e Maria Egipcíaca viram nascer a pequena Clara, batizada na Matriz de Santa Ana. Foi apadrinhada por Antonio Ferreira Barreto, solteiro, e por sua mãe, dona Antonia Maria Cortês, moradores na fazenda Pedra Branca<sup>15</sup> – a mesma onde os trabalharam os *tapuias* Anastácio e Domingas no começo do século XVIII –, vizinha à Suçuarana. Era nesta fazenda, situada a pouca distância da Vila do Príncipe e de onde se divisava a belíssima visão da colossal Serra do Samanaú, que moraram Tomé Gonçalves e sua família.

Não sabemos se Clara sobreviveu, já que, pelo menos nos livros da freguesia, não encontramos mais seu nome nas relações posteriores. Mais de dez anos após o seu nascimento outra filha de Tomé Gonçalves e Maria Egipcíaca, chamada Florência Maria da Conceição, veio a casar-se. Na cerimônia, oficiada na Matriz do Seridó numa manhã de fevereiro de 1819, Florência contraiu matrimônio com o pardo José Ferreira, escravo da viúva Luzia Fernandes, ato que foi testemunhado pelo pardo Caetano Soares Pereira de Santiago e por

---

<sup>10</sup> LABORDOC, FCC, 1°CJ, DIV, Caixa 1, Cód. Folhas esparsas de inventários, vol. 1º, diversas épocas. Auto de arrematação da mulatinha Ana e da cabrinha Teresa (1812).

<sup>11</sup> LABORDOC, FCC, 1°CJ, DIV, Caixa 1, Cód. Folhas esparsas de inventários, vol. 1º, diversas épocas. Pregão de bens nas ruas públicas da Vila Nova do Príncipe, sem identificação (1812).

<sup>12</sup> FGSSAS, LE nº 01, p. 3v.

<sup>13</sup> FGSSAS, LE nº 01, p. 28v.

<sup>14</sup> FGSSAS, LC nº 01, p. 128v.

<sup>15</sup> FGSSAS, LB nº 01, ficha 625.

Manuel da Paixão<sup>16</sup>. Um ano depois seria a vez de Joaquina Maria da Conceição, irmã de Florência, abraçar a vida marital, recebendo as bênçãos da Igreja na Capela de Nossa Senhora dos Aflitos do Jardim das Piranhas, onde aceitou como seu esposo Manuel José dos Santos, pardo, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação da Cidade do Rio Grande. O irmão mais velho de Joaquina, Manuel Pereira Raimundo, testemunhou a cerimônia junto com Dionísio Corrêa Jardim<sup>17</sup>.

Percebemos, através da análise dos casamentos acima, que Tomé Gonçalves conseguiu interagir com pessoas de diferentes origens, formando uma espécie de teia em que estavam conectados seus filhos índios, pardos e mesmo brancos – não é forçoso lembrar que ele e Maria Egipcíaca eram “compadres” de dona Antonia Maria Cortês, branca, senhora da fazenda Pedra Branca. Examinando os livros de assento de enterro da freguesia do período em que o casal viveu no Seridó – do final do século XVIII até a década de 1840 – encontramos outros fregueses que habitavam a Suçuarana<sup>18</sup> e que, curiosamente, tinham sobrenomes assemelhados ao de Tomé: Inácio Gonçalves da Silva e Maria Gonçalves de Jesus. O primeiro, casado com Joana Maria, sepultou dois filhos – Manuel, com oito dias de nascido, e Ana, com um ano e dois meses – no corpo da Matriz do Seridó no mês de agosto de 1792<sup>19</sup>. Em se tratando de Maria Gonçalves, os documentos paroquiais não indicam se era casada ou se tinha filhos legítimos. Todavia, desde o ano de 1786, aproximadamente, criava uma índia, Teresa, que foi exposta em sua casa e que morreu em 1792, sendo enterrada no corpo da Matriz de Santa Ana<sup>20</sup>. Acreditamos não ser mera coincidência o fato dos únicos moradores do mesmo lugar que Tomé Gonçalves e Maria Egipcíaca, num largo espaço de tempo, terem os mesmos sobrenomes do primeiro e um deles – Maria Gonçalves – ter abrigado, em sua residência, uma índia abandonada por pais ignorados. Daí supomos que a teia de

---

<sup>16</sup> FGSSAS, LC nº 02, p. 145-145v.

<sup>17</sup> FGSSAS, LC nº 02, p. 166-166v.

<sup>18</sup> Estamos nos referindo à fazenda Suçuarana que ficava nas proximidades da Vila do Príncipe, a julgar pelos registros comentados acima localizarem as cerimônias na Matriz de Santa Ana. Existia outra fazenda de mesmo nome, desta feita, localizada na Ribeira do Seridó, onde hoje fica o município de Parelhas. Encontramos dois registros no livro mais antigo de enterros que são de moradores dessa outra fazenda Suçuarana: o de Manuel, com oito dias de nascido, filho de José Antonio dos Santos e Damiana Maria, sepultado em 1804 na Capela do Acari (FGSSAS, LE nº 01, p. 101v-102) e o de outro Manuel, de um ano, filho de José e Antonia, sepultado na Capela da Conceição em 1812 (FGSSAS, LE nº 02, p. 6). Esses dados confirmam nossa afirmação supra, vez que as capelas do Acari e da Conceição localizam-se geograficamente bem mais próximas da fazenda Suçuarana cujos contornos pertencem, na atualidade, a Parelhas. Os moradores da fazenda homônima, próxima da Serra do Samanaú – Tomé Gonçalves e sua família –, até mesmo pela distância, praticavam seus ritos na Matriz de Santa Ana do Seridó.

<sup>19</sup> FGSSAS, LE nº 01, p. 28v.

<sup>20</sup> FGSSAS, LE nº 01, p. 32v.

sociabilidade que Tomé Gonçalves traçara entre os filhos e seus cônjuges era mais complexa, conectando, também, esses outros moradores da Suçuarana, quiçá seus parentes próximos.

Uma pergunta que nos fizemos, ao adentrar na história de vida de Tomé Gonçalves, diz respeito à sua procedência. O que teria feito ele migrar da Vila de Mecejana para o termo da Vila do Príncipe? Uma resposta poderia estar ligada ao primeiro surto exportador do algodão que se sucedeu na América Portuguesa, a partir dos anos 70 do século XVIII<sup>21</sup>. Momento em que os Estados Unidos, tradicionais fornecedores de algodão para o mercado inglês – cada vez mais ávido por matéria-prima para o provimento de suas fábricas têxteis, cuja preeminência consolidava-se com a Revolução Industrial –, encontravam-se atravancados com as suas guerras de independência.

Na América Portuguesa, especialmente no Maranhão e depois nas outras capitanias do Norte, o algodão que era usado apenas “para a confecção dos tecidos de que se servia a massa da população colonial” (TAKEYA, 1985: 25) foi requisitado para suprir o mercado internacional. O resultado é que o algodão da colônia lusitana passou a ser cultivado em larga escala, sendo exportado para a Inglaterra através de Portugal. No Rio Grande, segundo Denise Mattos Monteiro, a expansão do cultivo do algodoeiro trouxe desenvolvimento comercial para a capitania, além de haver diversificado a economia, até então quase que centrada principalmente na atividade pecuarística (MONTEIRO, 2000: 102)<sup>22</sup>. As exportações decorridas desse surto algodoeiro começaram a cessar, todavia, decorrido o fim das guerras de independência dos Estados Unidos, em 1783, quando a produção do algodão americano voltou a ter o seu papel de abastecedora do mercado interno.

Tomé Gonçalves e também outros índios provenientes de lugares da Paraíba, do Ceará e do próprio Rio Grande, assim, teriam migrado para a Freguesia de Santa Ana com a finalidade de plantio e coleta do algodão, que podia ser desenvolvido em pequenas propriedades e através do trabalho livre, manifestado em diversas formas de arrendamento (o parceiro, o foreiro/arrendatário e o morador de condição) (MONTEIRO, 2000: 103). Os inventários *post-mortem* da Comarca de Caicó não mencionam expressamente as roças de algodão nos catálogos de bens, mas, indicam que havia, como afirmado anteriormente, o seu cultivo para atender a uma “agricultura de auto-abastecimento” (MONTEIRO: 2000: 101). Uma evidência disso, por exemplo, é a presença de um tear de fabricar tecidos de algodão na

---

<sup>21</sup> Esta hipótese nos foi sugerida pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Denise Mattos Monteiro durante as discussões do nosso projeto na disciplina *Seminário de Linha de Pesquisa I*, ministrada pela mesma.

<sup>22</sup> A autora considera, a propósito, que a “pequena produção de açúcar dos engenhos litorâneos do Rio Grande, durante todo o período colonial e até meados do século XIX, destinou-se muito mais ao mercado interno do que à exportação para o exterior”.

lista dos bens da fazenda da Acauã, de Vicência Lins de Vasconcelos, em 1786<sup>23</sup>, assim como a existência de um artefato dessa mesma natureza na fazenda Serra Negra, sita na Ribeira das Espinharas, em 1822<sup>24</sup>. Não podemos deixar, também, de mencionar referências a fregueses que tinham dívidas a saldar com algodão em arroba<sup>25</sup> ou em pluma<sup>26</sup>, indicativo da importância do produto como moeda de troca no sertão e, acima disso, como gênero de exportação da freguesia<sup>27</sup>.

Outro elemento que poderia ter influenciado a migração de Tomé Gonçalves seria a fuga do controle do Diretório dos Índios. Mecejana, de onde se originou, era o antigo aldeamento missionário de Paupina, erigido em vila em 1760, em decorrência do conjunto da legislação pombalina de liberdade dos índios (SILVA, 2002: 91-9). No âmbito de vilas como Mecejana, a população indígena passava por um gradativo processo de condução até o estágio de “civilizada”, quando era obrigada a trabalhar compulsoriamente, de preferência para os colonos, com remuneração vil e a incorporarem a cultura ocidental, especialmente a língua portuguesa, a religião católica e a residência em um espaço planejado e monitorado pelos diretores. Ou seja, por trás da *liberdade* concedida aos índios através da legislação exarada pelo Marquês de Pombal estaria um conjunto de atitudes que cerceavam a maneira nativa de viver, sobretudo as práticas de deslocamentos para a caça em terrenos fora da vila e de cultos cuja origem estava assinalada antes da chegada dos missionários. Além disso, essas atitudes também tinham como meta incorporar os índios no estatuto de *vassalos* de El-rei, o que significava, em outras palavras, a obrigatoriedade de sua inserção no universo do trabalho – fosse para manter sua própria sobrevivência, fosse para executar serviços, nas vilas e fora delas, aos colonos, recebendo, por isso, miseráveis remunerações em relação ao que era pago aos brancos<sup>28</sup>.

---

<sup>23</sup> LABORDOC, FCC, 1°CJ, IPM, Caixa 02 – 1775-1789, Inventário de Vicência Lins de Vasconcelos – 1786.

<sup>24</sup> LABORDOC, FCC, 1°CJ, IPM, Caixa 08 – 1822, Inventário de Manuel Pereira Monteiro – 1822.

<sup>25</sup> LABORDOC, FCC, 1°CJ, IPM, Caixa 03A – 1798-1799, Inventário de João Ferreira Godinho – 1799.

<sup>26</sup> CC, LN nº 02 – 1792-1799, p. 28. Escritura de hipoteca que fazem Manuel Lopes Roraima e sua mulher Verônica Lins de Vasconcelos, na Serra dos Canudos, de uma dívida de 33 sacas de algodão em pluma a João Machado da Costa.

<sup>27</sup> LABORDOC, FJABM. GALVÃO, Cipriano Lopes. Mappa dos preços correntes na Parochia da Vila do Principe no mez de Janeiro e no ano de 1802. Esse mapa, que estabelece um perfil dos gêneros exportados, importados e consumidos na freguesia, indica que no ano de 1802 a arroba do algodão exportado variava de 4\$000 a 5\$500. Cifra que aumentou, em 1810, para o intervalo entre 5\$500 e 6\$000 (GALVÃO, Cipriano Lopes. Mappa dos preços correntes no termo da Villa do Principe em o anno de 1810 apud MEDEIROS FILHO, 2002: 175-6).

<sup>28</sup> A respeito da implantação do Diretório dos Índios no Brasil verificar MOREIRA NETO, 1988; DOMINGUES, 2000; ALMEIDA, 2003. Especificamente para a Capitania de Pernambuco e anexas consultar PIRES, 2004; AZEVEDO, 2004; SILVA, 2002; LOPES, 2005.

No Príncipe, erigido oficialmente em 1788, não existia a figura do *diretor*, característica dos núcleos urbanos nascidos sob a égide da legislação pombalina, mas, tão somente, as autoridades próprias de uma vila setecentista: o pároco, o capitão-mor, o juiz ordinário e de órfãos e os vereadores que compunham o Senado da Câmara. Não queremos afirmar, com isso, que, para as minorias sociais da época morar na Vila do Príncipe ou nas suas redondezas fosse ter acesso a uma vida pródiga. As condições eram semelhantes às que haviam em outras vilas coloniais, inclusive reguladas pelos mesmos dispositivos legais. A diferença é que os índios que moravam na Freguesia de Santa Ana não experimentaram a mesma coação que tinham que passar nas vilas do diretório, em especial no que concerne ao trabalho. Pelo contrário, tinham como alternativas trabalhar nas lides do criatório, na lavoura de subsistência (cultivada nas chãs das serras) ou de exportação (a do algodão, expandida no fim do século) e ainda em pequenos ofícios no tecido urbano, quando dispunham de habilidade para isso. Nem sempre, todavia, os índios – naturais da freguesia e imigrados de outras plagas – ajustavam o seu modo de vida ao ritmo acelerado do trabalho branco, recaindo em situações de pobreza, miserabilidade e errância, como discutimos anteriormente a partir dos registros paroquiais.

Acreditamos que esta não foi a situação de Tomé Gonçalves, que constituiu família com uma freguesa de Santa Ana – provavelmente índia – e morou na fazenda da Suçarana, considerando, ainda mais, que exerceu um ofício remunerado na Vila do Príncipe, o de *porteiro do auditório do Senado da Câmara*<sup>29</sup>. Na hierarquia dos cargos públicos coloniais, discutida por Arno Wehling e Maria José Wehling, o de porteiro ocupava o setor inferior, junto com escrivães de meirinhos, contínuos, guardas-menores, meirinhos das câmaras, patrões de escaler, guardas-marinhas, guarda-livros, médicos, barbeiros e procuradores de índios (WEHLING & WEHLING, 2000: 149). Eram pré-requisitos gerais, para a investidura de um cargo desses, ser “maior de vinte e cinco anos ou emancipado, ser mentalmente capaz, ser católico e pertencer ao sexo masculino” (WEHLING & WEHLING, 2000: 151), acrescidos de itens mais específicos dependendo da habilitação a que se desejava. No caso de Tomé Gonçalves, acreditamos que o mesmo deveria ter algum conhecimento, ainda que rudimentar, de aritmética – embora não soubesse ler e escrever, assinando com uma cruz nos documentos – já que, ao porteiro de auditório, no Príncipe, era imputada a função de cuidar dos pregões.

---

<sup>29</sup> Trata-se de cargo que, embora vinculado ao Senado da Câmara, exercia atribuições da Justiça Pública, vez que, no Antigo Regime, eram tipicamente indiferenciadas as atribuições legislativas, judiciárias e executivas (VAINFAS, 2000:17). As atribuições do cargo de *porteiro* estão previstas nas Ordenações Filipinas (ORDENAÇÕES Filipinas, Livro Primeiro, Título LXXXVII, 1).

Estes, determinados pelo juiz ordinário e de órfãos, aconteciam quando era premente a necessidade de leiloar, em público, bens – geralmente semoventes, incluindo escravos – para o pagamento de dívidas que vinham à tona por ocasião da abertura de processos judiciais, a exemplo de ações cíveis e inventários *post-mortem*. Dessa forma, é possível que Tomé Gonçalves soubesse o básico das quatro operações matemáticas.

Revirando os papéis da Comarca de Caicó e os da Comarca de Acari encontramos Tomé Gonçalves exercendo o ofício de porteiro do auditório em inventários de 1795, 1798, 1805, 1809, 1810, 1813, 1814 e 1822<sup>30</sup>. Claro que não estamos diante de todos os pregões que o índio participou em vida, mas, de fragmentos que apareceram em anexo aos inventários *post-mortem*, dando conta das suas atividades no Príncipe. Um bom exemplo de como ele atuava podemos extrair do arrolamento dos bens que ficaram pelo falecimento do português José Ferreira dos Santos, da fazenda Picos de Cima, em 1805<sup>31</sup>.

O inventário foi julgado por sentença de 08 de dezembro de 1805, do juiz Tomaz de Araújo Pereira, tendo ficado separados escravos e gado para o pagamento de uma dívida que o defunto tinha com um morador da Praça de Pernambuco. Em maio do ano posterior (1806), na Vila do Príncipe, compareceu o citado credor, Bernardo José Lopes de Moraes, a fim de obter o pagamento do que lhe devia o defunto. Afirmou, em sua petição, que a dívida de José Ferreira dos Santos, no valor de 331\$263, era decorrente de um ajuste que fizera com ele, em 1803, objetivando adquirir uma fazenda. O pernambucano apresentou à Justiça, como testemunhas da formalização da dívida, três homens brancos e casados: os capitães Manuel Antonio Dantas Corrêa (cunhado do defunto José Ferreira) e Francisco Gomes da Silva (concunhado do defunto e natural de Pernambuco) mais José Ferreira Barreto, esposo de dona Antonia Cortês – coincidentemente, natural do Recife e madrinha de uma das filhas de Tomé Gonçalves e Maria Egipcíaca no mesmo ano de 1806. Em função do requerimento de Bernardo Lopes, foi feito o pregão público dos bens que haviam sido separados pelo juiz para a quitação da dívida, objetivando sua venda para quem desse o maior lance.

O pregão aconteceu na Praça Pública do Pelourinho da Vila Nova do Príncipe, onde, no período de 28 de maio a 07 de junho de 1806 o porteiro Tomé Gonçalves colocou os bens em hasta, de dia à noite, na presença do juiz de órfãos, capitão Miguel Pinheiro Teixeira, e do escrivão Manuel Pereira da Silva Castro. Nenhum interessado apareceu nesses onze dias para adquirir as sete cabeças de gado *vacum*, cinco de cavalari e os três escravos (Maria e Ana,

---

<sup>30</sup> Ver a descrição das fontes manuscritas, ao final da dissertação, para conhecer os titulares (defuntos) desses processos de arrolamento e partilha.

<sup>31</sup> CA, IPM, Maço 01, Processo nº 14, Inventário de José Ferreira dos Santos – 1805.

crioulas, de 8 e 7 anos, respectivamente, além de Domingos, do Gentio de Angola, que tinha 25 anos) cujo equivalente em dinheiro deveria ser pago a Bernardo Lopes. Somente em 08 de junho ocorreu um lance – o primeiro e único – nos bens, curiosamente, por um dos partidores que cuidou da repartição dos bens deixados pelo defunto José Ferreira, o crioulo forro Caetano Soares Pereira de Santiago. Dado e arrematado o rol de bens, Caetano Soares depositou a quantia de 333\$800 em juízo no dia 10 de outubro de mesmo ano, passando a ser possuidor, oficialmente, das reses, cavalos e cativos, ao passo que o juiz expediu o pagamento da dívida a Bernardo Lopes.

Tomé Gonçalves morreu em 1836, vitimado por “retenções de urinas”, sendo o seu corpo sepultado na Matriz do Seridó<sup>32</sup>. Maria Egipcíaca, sua mulher, deixou de existir seis anos depois (1842), com morte causada por moléstia de peito, sepultando-se, também, no mesmo templo<sup>33</sup>. A história desse índio, que deixou o Ceará para morar na Freguesia de Santa Ana, onde exerceu o ofício de porteiro, pode nos ajudar a compreender as possibilidades de sobrevivência dessa população em meio ao mundo colonial. No caso de Tomé Gonçalves, o exercício de cargo público provavelmente lhe deu um certo destaque em relação à comunidade onde vivia, aproximando ele e sua família do mundo dos brancos. Não sendo incomum, dessa maneira, o fato de que os registros paroquiais, a partir do início do século XIX, gradativamente deixassem de lhe chamar de *índio*, omissão que se estendia para os seus filhos, quando muito, tidos como *pardos*.

A imersão de personagens como o índio Tomé Gonçalves da Silva – e de outras, certamente, ainda encobertas pela poeira nos arquivos – no mundo colonial é uma evidência de que, como disse Serge Gruzinski, a ocidentalização não acarretou o total arrasamento das culturas autóctones. Por outro lado, produziu mestiçagens – do ponto de vista biológico e cultural –, entendidas como “um esforço de recomposição de um universo desagregado e como um arranjo local dos novos quadros impostos pelos conquistadores” (GRUZINSKI, 2001: 110). Ou, nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda, um novo estilo de vida, mestiço, parte europeu, parte nativo (HOLANDA, 1994), do qual Policarpo Carneiro, Mateus de Abreu e Tomé Gonçalves faziam parte.

Histórias como essas que analisamos, sobretudo se reconstruídas por meio do cruzamento de fontes de naturezas diversas (notas cartoriais, registros de paróquia, inventários *post-mortem*, sesmarias, apenas para citar exemplos), nos ajudam a compreender alguns dos efeitos da ocidentalização nos trópicos, com ênfase no sertão da América Portuguesa.

---

<sup>32</sup> FGSSAS, LE nº 02, p. 145.

<sup>33</sup> FGSSAS, LE nº 03, p. 25.

Explicam, em grande medida, as transformações espaciais que esse fenômeno de expansão da cultura ocidental causou na América, construindo um território em sobreposição aos antigos territórios habitados pelos nativos, porém, em dados momentos, aproveitando os topônimos de origem indígena. Nesse território colonial, malgrado a desagregação das sociedades tribais, a circulação de pessoas de várias partes do mundo conhecido favoreceu o aparecimento de mestiçagens entre seus corpos e suas práticas culturais: os colonos luso-brasilicos, os *marinheiros* vindos do reino, os africanos forros e escravos, os mestiços, os índios remanescentes das guerras de conquista. A ocidentalização, pois, mesmo ao fraturar a organização pré-colonial das sociedades indígenas, ofereceu-lhes chance de sobrevivência por meio da mistura com outros grupos sociais, sem que deixassem de ser *diferenciadas* do restante da população, como aconteceu com Tomé Gonçalves da Silva.

## Fontes

CODIGO Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado d'El-Rey D. Philippe I [ 1603 ]. 14.ed. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004 (fac-símile da 14ª edição de 1870).

Comarca de Acari, Inventários post-mortem, Maço 01, Processo nº 14, Inventário de José Ferreira dos Santos – 1805.

Comarca de Caicó, Livro de Notas nº 02 – 1792-1799, p. 28. Escritura de hipoteca que fazem Manuel Lopes Roraima e sua mulher Verônica Lins de Vasconcelos, na Serra dos Canudos, de uma dívida de 33 sacas de algodão em pluma a João Machado da Costa.

Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó. Livro de registro de batizados nº 01 (1803-1806)

Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó. Livro de registro de casamentos nº 01 (1788-1809)

Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó. Livro de registro de casamentos nº 02 (1809-1821)

Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó. Livro de registro de enterros nº 01 (1788-1811)

Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó. Livro de registro de enterros nº 02 (1812-1838)

Freguesia da Gloriosa Senhora Santa Ana do Seridó. Livro de registro de enterros nº 03 (1838-1857)

Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC-UFRN), FJABM. GALVÃO, Cipriano Lopes. Mappa dos preços correntes na Parochia da Vila do Principe no mez de Janeiro e no ano de 1802.

Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC-UFRN), Fundo da Comarca de Caicó, 1º Cartório Judiciário, Diversos, Caixa 1, Cód. Folhas esparsas de inventários, vol. 1º, diversas épocas. Auto de arrematação da mulatinha Ana e da cabrinha Teresa (1812).

Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC-UFRN), Fundo da Comarca de Caicó, 1º Cartório Judiciário, Diversos, Caixa 1, Cód. Folhas esparsas de inventários, vol. 1º, diversas épocas. Pregão de bens nas ruas públicas da Vila Nova do Principe, sem identificação (1812).

Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC-UFRN), Fundo da Comarca de Caicó, 1º Cartório Judiciário, Inventários post-mortem, Caixa 02 – 1775-1789, Inventário de Vicência Lins de Vasconcelos – 1786.

Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC-UFRN), Fundo da Comarca de Caicó, 1º Cartório Judiciário, Inventários post-mortem, Caixa 08 – 1822, Inventário de Manuel Pereira Monteiro – 1822.

Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC-UFRN), Fundo da Comarca de Caicó, 1º Cartório Judiciário, Inventários post-mortem, Caixa 03A – 1798-1799, Inventário de João Ferreira Godinho – 1799.

## Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

AUGUSTO, José. **A região do Seridó**. Natal: Edições Cactus, 1961.

AUGUSTO, José. **Famílias Seridoenses**. 2.ed. Natal: Sebo Vermelho, 2002

AUGUSTO, José. **Seridó**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1954.

AZEVEDO, Anna Elizabeth Lago de. **O Diretório Pombalino em Pernambuco**. Recife: 2004. 124p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco.

COSTA, Sinval. **Os Álvares do Seridó e suas ramificações**. Recife: ed. do autor, 1999.

DANTAS, José Adelino. De que morriam os sertanejos do Seridó antigo? **Tempo Universitário**, v.2, n.1, p. 129-36, jan/jun.1979, Natal, UFRN.

DANTAS, José Adelino. **Homens e fatos do Seridó antigo**. Garanhuns: O Monitor, 1962.

DANTAS, Manoel. **Homens d'outrora**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1941 (Bibliotheca de Historia Norte-Riograndense, IV).

DIEHL, Astor Antônio. **A Cultura Historiográfica Brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

DOMINGUES, Ângela. **Quando os índios eram vassallos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GRUZINSKI, Serge. **O Pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LAMARTINE, Juvenal. **Velhos costumes do meu sertão**. Natal: Fundação José Augusto, 1965.

LAMARTINE, Oswaldo. **Sertões do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Edunesp, 1992. p. 133-61.

LOPES, Fátima Martins. **Em nome da liberdade: as vilas de índios do Rio Grande do Norte sob o Diretório Pombalino no século XVIII**. 2005. 700p. Tese (Doutorado em História do Brasil). Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. Sobreviventes: um estudo demográfico sobre a presença indígena nas uniões e casamentos da freguesia colonial de Santa Ana do Seridó, Rio Grande do Norte. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 8, n. 9, p. 189-219, 2004.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Cronologia Seridoense**. Mossoró: Fundação Guimarães Duque/Fundação Vingt-Un Rosado, 2002 (Mossoroense, Série C, v.1268).

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Índios do Açu e Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhos inventários do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFURN, 2000.

MONTEIRO, Eymard L'Eraistre. **Caicó: subsídios para a história completa do município**. Recife: Escola Salesiana de Artes Gráficas, 1945.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Índios da Amazônia, de maioria a minoria (1750-1850)**. Petrópolis: Vozes, 1988.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Índios no Brasil: marginalização social e exclusão historiográfica. **Diálogos latinoamericanos**, n. 3, Aarhus, Dinamarca, p. 87-113, 2001.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. **Resistência Indígena nos sertões nordestinos no Pós-Conquista Territorial: legislação, conflito e negociações nas vilas pombalinas (1757 – 1823)**. 2004. 225p. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife.

SANTA ROSA, Jayme da Nóbrega. **Acari: fundação, história e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1974.

SILVA, Isabelle Braz P. da. **Vilas de índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino**. 2002. 274p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas. Campinas. .

TAKEYA, Denise Monteiro. **Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1985.

VAINFAS, Ronaldo (dir.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1822)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história: micro-história**. Rio: Campus, 2002.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. O funcionário colonial entre a sociedade e o rei. In: PRIORE, Mary del. **Revisão do paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de história**. Rio de Janeiro: Campus, 200. p. 139-59.